



RESENHA

USARSKI, Frank: A construção do diálogo. O Concílio Vaticano II e as religiões. São Paulo, Paulinas 2018, 183 p., ISBN 978-85-356-4458-6.

Antonio Genivaldo C. de Oliveira*

A mais recente publicação de Frank Usarski resgata de forma minuciosa todo o processo de construção da Declaração conciliar *Nostra Aetate* em suas potencialidades e nos limites que marcaram a posição católica no diálogo com as tradições religiosas não cristãs ao longo das últimas cinco décadas.

A obra apresenta de forma crítica a transição do pensamento teológico em relação às demais religiões não cristãs para chegar à superação da posição exclusivista formulada no século III como resposta a ameaças de desintegração da comunidade cristã primitiva pelo lema *extra ecclesiam nulla salus*. Essa formulação, após ser endurecida a partir do sec. IV, foi repetida exaustivamente até a aprovação da Declaração em 1965. O autor resgata também as relativizações propostas por vários autores dos primeiros séculos do Cristianismo que propunham uma leitura mais tolerante frente a outras tradições religiosas presentes nos distintos contextos nos quais a Igreja ia se expandindo. Essa refontização histórica nas origens do Cristianismo foi a base para a reformulação do pensamento católico na construção do pensamento conciliar. O apelo assumido pelo Concílio Vaticano II sob o termo *aggiornamento* buscou superar o descompasso entre a Igreja católica e o mundo moderno. Tal compromisso se refletiu, também, em uma mudança de postura, inicialmente em relação ao Judaísmo; logo, ela abraçaria outras religiões.

Dentro desse contexto, o autor caracteriza a declaração como um fruto do Concílio em andamento e resultado do alargamento de horizontes que as discussões sobre o ecumenismo iam gerando. O resultado foi uma revisão da lógica do pensamento hegemônico predominante de rejeição do outro como inferior e perigoso, fortalecida ainda mais pela pretensa superioridade eurocêntrica, colonialista e imperialista ocidental. Essa mentalidade de superioridade cultural acompanhava as iniciativas missionárias católicas até então.

A exposição mostra como os padres conciliares reconheceram a necessidade de dialogar com o mundo em sua realidade e diversidade. Essa consciência, acrescida da crítica ao proselitismo cristão católico, bem como da consciência crescente da universalidade que se sustenta na riqueza das particularidades, fez crescer a consciência dos limites do entendimento ocidental e do alegado caráter absoluto do cristianismo.

* Bolsista PNPd/CAPES do Programa de Ciência da Religião (PUC-SP) e pesquisador associado do Centro de Estudos de Religiões Alternativa no Brasil (CERAL) da PUC-SP e do GEASIA no Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais (NUPRI) da USP. Contato: genoli73@gmail.com.

A contextualização histórica inicial do Concílio indica como este evento se tornou paradigmático para o estudo de como um evento religioso é capaz de repercutir além dos limites de uma determinada instituição e tem seus desdobramentos também na esfera política.

Usarski elabora de modo claro, por vezes dramático, como determinadas opções teológicas podem ter implicações políticas de alcance internacional. Para tanto, resgata o esquema inicial que propunha a revisão do pensamento teológico católico sobre os judeus que contribuiu para a propaganda antissemita e conseqüentemente também para o Holocausto. A proposta visava a superação do antissemitismo, que, no âmbito católico, era reforçado ritualisticamente por séculos em uma oração específica repetida nas liturgias da Semana Santa. Para a superação desse erro histórico, o documento proposto recolocava as raízes da Igreja dentro do Judaísmo, defendia a retirada da acusação coletiva do deicídio, apresentava a esperança de reconciliação entre as duas tradições religiosas e finalmente a condenação do antissemitismo.

Tal posição, no entanto, fora interpretada como reconhecimento diplomático do Estado de Israel, gerando uma forte pressão dos países árabes e envolvendo diretamente o papa, presidentes de alguns países e diplomatas em negociações políticas bem além do planejado alcance religioso do documento. Para superar essa dificuldade, uma das saídas foi atender ao apelo dos bispos da África e da Ásia que pediam a inclusão de outras tradições religiosas não cristãs nas considerações conciliares.

Desse modo, o horizonte foi forçado a se expandir, acrescentando-se, inicialmente, considerações sobre o Islã e, posteriormente, ainda que timidamente, sobre o Hinduísmo e o Budismo. O texto ganhou a forma de um texto independente, e não mais um apêndice do esquema sobre o ecumenismo, acrescentando uma leitura positiva do reconhecimento dos valores presentes nestas tradições. A nova posição exigiu e teve a colaboração de vários personagens que, por iniciativa pessoal e geralmente sem incentivos institucionais, acreditavam que o caminho do diálogo ia além das convicções de fé. Esses personagens dedicavam-se ao conhecimento de outras tradições religiosas no campo acadêmico e tiveram um papel destacado no encaminhamento da questão no âmbito conciliar.

A declaração aprovada é caracterizada pelo autor como inovadora, sem esquecer-se de apontar as concessões a diferentes grupos e instâncias de interesses presentes no texto final. A análise é complementada por uma ligação da declaração com outros textos conciliares que reforçam as ideias defendidas.

A obra avança mostrando como a aprovação oficial demandava novas atitudes frente às diferentes tradições não cristãs e exigia, ainda, novas formulações teológicas. Um dos expoentes dessa nova postura, Karl Rahner, baseado nas considerações sobre os “cristãos anônimos”, propõe uma formulação inclusivista com uma leitura positiva de outras tradições religiosas, as quais, como portadoras das sementes do Verbo, poderiam ser consideradas como uma preparação para o anúncio do Evangelho. Porém, tal formulação não deixou de lado a proeminente e privilegiada – e auto referenciada – posição da Igreja como meio de salvação, nem abria mão da alegada superioridade do Cristianismo sobre as demais tradições religiosas.

A análise termina com uma sucinta apresentação das diferentes possibilidades de leitura do documento propostas por vários especialistas, para, assim, reforçar o potencial inovador da declaração na correção da postura católica que se mostrava claramente incompatível com um mundo cada vez mais plural. A abertura à possibilidade do diálogo permitiu avançar e, à medida que esta se concretizava, reforçava a necessidade de inclusão de tantas outras tradições afroasiáticas que não foram consideradas nas discussões conciliares, apesar de ter sido apontadas por vários de seus participantes.

Considerando o grande obstáculo à continuação desses avanços trazido pela Declaração *Dominus Iesus*, que praticamente levou à retomada da posição exclusivista abandonada pelo Concílio Vaticano II, resgatar a história e os horizontes teológicos presentes na *Nostra Aetate* nos parece uma tarefa louvável que Usarski executou com competência e muita dedicação.

A obra é, portanto, um grande aporte para quem acredita na necessidade e no fortalecimento do diálogo inter-religioso apesar do cenário, por vezes desanimador, resultante do fortalecimento de posturas integristas e fundamentalistas. Essa contribuição certamente enriquece o solo fértil preparado pelo Papa Francisco que, com coragem, tem retomado os rumos conciliares não como ponto de chegada, mas como ponto de partida, assumindo uma postura pluralista de dialogar em pé de igualdade com as demais tradições religiosas como instrumento para a construção de um futuro de paz para a humanidade.

Recebido: 10 de novembro de 2018.

Aprovado: 20 de dezembro de 2018.